



ESCOTEIROS
DO BRASIL



Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais



© **União dos Escoteiros do Brasil**

Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais
Outubro 2023

Escritório Nacional dos Escoteiros do Brasil
Rua Coronel Dulcídio, 2107
Bairro Água Verde
Curitiba (PR) - Brasil
CEP 80250-100
Tel.: (41) 3353-4732
Fax: (41) 3090-7928

secretaria.governanca@escoteiros.org.br
escoteiros.org.br

A reprodução é autorizada às Regiões Escoteiras e Unidades Escoteiras Locais que integram a União dos Escoteiros do Brasil, desde que concedido o crédito pela fonte.

Política Nacional de

**Relações Institucionais
e Governamentais**

Esta Política de Relações Institucionais e Governamentais foi elaborada pelo Grupo de Trabalho do Conselho de Administração Nacional instituído para tal fim, passando ainda por processo interno de análise junto a Comissão Permanente de Políticas Institucionais e aprovação nos termos do Estatuto pela plenária do órgão.

Integrantes

Adrian Cordeiro do Nascimento
Carlos Frederico dos Santos
Daniel Campos de Souza
Daniela de Oliveira Rodrigues Gomes
Deomar Rosado
Ilka Denise Rossetto Gallego Campos
Isabella Cristina Cardoso França
Jéssica Scherer
Karina Freire Báez de Andrade
Rafael Fagundes Cavalcanti
Roberto Santos Pinto
Sandro Barbosa Santiago
Simoni Aparecida Santana

Coordenação

Deomar Rosado
Ilka Denise Rossetto Gallego Campos

Diagramação

Raphael Luis K.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Propósito da Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais	7
3. Definição das Relações Institucionais e Governamentais	7
4. Importância das Relações Institucionais no Movimento Escoteiro	8
5. Princípios das Relações Institucionais e Governamentais	9
6. Linhas de atuação da Política	10
7. Sujeitos da Política	10
8. Níveis de Atuação	11
8.1 NÍVEL NACIONAL	11
8.2 NÍVEL REGIONAL	11
8.3 NÍVEL LOCAL	12
9. Disposições gerais	12
10. Revisão e Atualização	12

1. Introdução

Somos um movimento de educação não-formal que coopera com outros agentes educativos como a família, comunidade e escola, buscando o desenvolvimento integral e a educação permanente das crianças, adolescentes e jovens.

Trabalhamos para ser um movimento educativo reconhecido no país, conforme estabelece nosso Projeto Educativo possibilitando a milhares de crianças, adolescentes e jovens se tornarem cidadãos e cidadãs ativos, estimulando uma mudança positiva em suas comunidades baseada nos valores compartilhados.

Buscamos ativamente formas de facilitar para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, a participação plena e em condições iguais e adotamos uma visão humanista da educação, que contribui na conquista de um modelo de desenvolvimento sustentável, no qual o respeito ao meio ambiente, a promoção da paz, o cuidado com a saúde, a defesa da inclusão e a da justiça social, por meio de ações que orientem o crescimento de nossas comunidades.

Promovemos a fraternidade mundial e a cooperação Internacional entre os países e organizações. Fazemos isso porque desejamos um mundo mais fraterno no qual as crianças adolescentes e jovens possam crescer e realizar-se plenamente, em ambiente seguro, que prioriza o diálogo para promoção paz e cultura de não violência, em total alinhamento a garantia e promoção de direitos socioambientais.

Para o alcance de nossa proposta é fundamental que sejamos reconhecidos por pessoas, comunidades, organizações e estruturas de políticas públicas, como membros atuantes, acessíveis e relevantes, levando para demais espaços, organizações e setores da sociedade o Escotismo, buscando agregar parceiros e relacionamentos que sejam complementares às práticas educativas e que possibilitem o reconhecimento dos Escoteiros do Brasil.

Com esse objetivo, e sustentados por nossas convicções fundamentais, os Escoteiros do Brasil definem a Política Nacional de Relações Institucionais.

2. Propósito da Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais

A Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais dos Escoteiros do Brasil alinhada ao Projeto Educativo e demais regulamentações institucionais, visa:

- a) Orientar estratégias de Relacionamento Institucional, sejam eles de quaisquer características (pública, privada e outras) que contribuam na incidência, no desenvolvimento e crescimento do Escotismo Brasileiro;
- b) Definir parâmetros para aplicação dessa Política em diferentes instâncias institucionais;
- c) Orientar o posicionamento institucional frente às diferentes necessidades do contexto social e das apresentadas pela agenda de crianças, adolescentes e jovens no país;
- d) Posicionar os Escoteiros do Brasil como relevante organização do terceiro setor brasileiro, ocupando espaços de participação;
- e) Ampliar as ações de relacionamento institucional e governamental considerando-o como meio de fomento e facilitação ao reconhecimento do Escotismo nos espaços públicos e privados;
- f) Estabelecer e consolidar nos Escoteiros do Brasil, ações de relacionamento institucional como parte de sua cultura, destacando sua importância e manutenção;
- g) Viabilizar a inserção dos Escoteiros do Brasil em espaços de participação, eventos e processos de reconhecimento externos à nossa Instituição.

3. Definição das Relações Institucionais e Governamentais

Relações Institucionais e com órgãos do poder público, no âmbito desta Política, define-se como o estabelecimento de relacionamentos, posicionamentos, estratégias e parcerias institucionais em diferentes linhas de atuação, com setores diversos (público, privado e terceiro setor), favorecendo processos de reconhecimento institucional, comunicação, mobilização de recursos e crescimento, além da participação e incidência em diversos fóruns e outras formas de discussão perante a sociedade civil e autoridades governamentais, em temas de seu interesse.

4. Importância das Relações Institucionais no Movimento Escoteiro

Os Escoteiros do Brasil se apresentam como uma instituição relevante, levando sua proposta para milhares de crianças, adolescentes e jovens em todo o país, portanto, é essencial potencializarmos a nossa participação ampliando o alcance de nossa proposta educativa em diferentes esferas da sociedade, sejam elas públicas ou privadas.

Nos relacionamos de forma ativa e direta com a comunidade, apresentando como pilar fundamental o estabelecimento de vínculos institucionais que promovam processos de diálogo e relacionamento pautados na cultura de paz e alinhados com as agendas de responsabilidade global.

É fundamental que sejam fortalecidos nossos valores institucionais e objetivos estratégicos, e essa Política estabelece nosso posicionamento enquanto instituição do Terceiro Setor.

O relacionamento institucional dos Escoteiros do Brasil deve compreender um processo em que os agentes envolvidos compartilhem saberes, interesses e objetivos, sendo que para bom funcionamento, é essencial que estejam dispostos a explorar novas possibilidades, além de:

- a) Promover engajamento dos diferentes níveis institucionais no âmbito das relações institucionais e governamentais;
- b) Apresentar nossa relevância social como movimento educacional na garantia dos direitos básicos e na promoção dos valores institucionais;
- c) Envolver parceiros institucionais que tenham alinhamento com os Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil e ampliem nosso alcance educacional;
- d) Liderar, propor e aderir a soluções criativas para questões relacionadas à infância e juventude brasileiras;
- e) Engajar-se em agendas relacionadas à responsabilidade socioambiental;
- f) Incentivar os jovens a assumirem posições de representação, com a devida orientação e respaldo institucional;
- g) Estabelecer acordos de parcerias e processos de trabalho que possam mobilizar recursos aos Escoteiros do Brasil, ou agregar valor aos associados
- h) Alinhar-se às agendas de interesse público atuando de forma propositiva e proativa.

5. Princípios das Relações Institucionais e Governamentais

São princípios das Relações Institucionais e Governamentais:

Conformidade Legal: devem atender a critérios e normas estabelecidos pela Legislação Pátria em todas as esferas de poder (municipal, estadual e federal) e tratados internacionais;

Alinhamento com o Projeto Educativo: deve responder a contextos históricos, sociais, culturais e educativos, dando especial ênfase ao estabelecido pelo Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil;

Alinhamento a Políticas Institucionais e demais documentos normativos: deve estar alinhado ao estabelecido pelas diferentes políticas institucionais e documentos normativos em vigor, não apresentando controvérsias e/ou confrontos;

Envolvimento Juvenil: trabalha para promover e ampliar o envolvimento juvenil nos diversos espaços de representação institucional, assim como para capacitar jovens como representantes dos Escoteiros do Brasil ou do movimento escoteiro;

Atendimento a necessidades institucionais: as ações de relacionamento institucional e governamental devem atender às necessidades institucionais parametrizadas no planejamento estratégico, prioritariamente;

Ética na condução: toda e qualquer tratativa deve ser estabelecida por meio de processo ético e alinhada aos objetivos, orientações institucionais e Código de Conduta. Não se deve estabelecer qualquer tipo de parceria com instituições, pessoas ou empresas que conflitem com os valores do Movimento Escoteiro, ou que desrespeitem a legislação de proteção a crianças, adolescentes e jovens;

Operação segundo critérios técnicos: Buscar, sempre que possível, ao implementar estratégias, o alinhamento com profissionais com expertise em relacionamento institucional e/ou governamental;

Transparência: devem considerar em toda sua execução boas práticas relacionadas à transparência de seus processos, alinhadas às políticas institucionais, demais regulamentos e em respeito aos valores do Escotismo;

Gestão de riscos: Os potenciais parceiros institucionais devem passar por análise de gestão de riscos, considerando critérios estabelecidos pelos documentos institucionais e normas legais;

Boas práticas institucionais os possíveis parceiros institucionais devem passar por análise de boas práticas.

6. Linhas de atuação da Política

A Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais será dividida em quatro linhas gerais de atuação: Governamental, Empresarial, Terceiro Setor e Acadêmica.

GOVERNAMENTAL: relacionamento com o setor público, por meio da participação em conselhos gestores, redes de cooperação entre setor público e Terceiro Setor (fóruns, redes municipais e outros), participação em espaço de discussões e contato com operadores de políticas públicas, apoio na composição de propostas em prol do Escotismo e das infâncias e juventudes, bem como, relacionamento com parlamentares, participação em editais e processos de parceria.

SETOR PRIVADO: fomento de projetos e iniciativas que apoiem o desenvolvimento do Escotismo, por intermédio de visibilidade da marca, apoio educativo ou mobilização de recursos, além do desenvolvimento de iniciativas de valorização dos associados, por meio de ações de relacionamento que gerem benefícios e agreguem valor à relação associativa.

ACADÊMICA: incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa acadêmica e/ou extensão universitária que estejam relacionados ao Movimento Escoteiro, bem como, viabilização de espaços para divulgação científica do Escotismo.

TERCEIRO SETOR: desenvolver parcerias que tenham convergência com o Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil, e com os valores institucionais, bem como estabelecer relacionamentos que colaborem com posicionamento do Escotismo enquanto instituição relevante do Terceiro Setor.

**Podem ser avaliadas ações de relacionamento com áreas e setores não listados, desde que observados todos os critérios anteriormente estabelecidos nesta política.*

7. Sujeitos da Política

A presente Política norteará todas as instâncias dos Escoteiros do Brasil.

8. Níveis de Atuação

8.1 NÍVEL NACIONAL

De forma não limitativa, é competência do Nível Nacional:

- a) Desenvolver e implementar a Política Nacional de Relações Institucionais dos Escoteiros do Brasil;
- b) Definir parâmetros e alinhamentos para iniciativas de Relacionamento Institucional;
- c) Garantir que as ações de relacionamento institucional sejam organizadas de forma a atender, prioritariamente, o Projeto Educativo, os objetivos institucionais e o Planejamento Estratégico dos Escoteiros do Brasil;
- d) Garantir que no planejamento e implementação das iniciativas de relacionamento sejam observados os princípios contidos nesta Política de Relações Institucionais e Governamentais;
- e) Contar, sempre que possível, com estrutura profissional específica para a área de Relações Institucionais, Mobilização de Recursos, Crescimento e Comunicação;
- f) Produzir documentos e guias sobre Relações Institucionais e Governamentais, prestar suporte técnico e ofertar ações de capacitação aos demais níveis organizacionais.

8.2 NÍVEL REGIONAL

A Região Escoteira, por meio de suas diretorias e coordenações, tem as seguintes atribuições no que tange às Relações Institucionais e Governamentais:

- a) Organizar e implementar ações de Relacionamento Institucional Regional, conforme orientações e critérios técnicos estabelecidos pelo Nível Nacional;
- b) Promover, estimular e orientar o fomento de parcerias e relacionamento institucional em seu nível;
- c) Designar um responsável regional como referência para tratativas sobre relacionamento institucional;
- d) Organizar ações de relacionamento regional de acordo com as orientações desta política;
- e) Promover, em alinhamento aos parâmetros institucionais, a disseminação de conhecimentos sobre Relações Institucionais e Governamentais.

8.3 NÍVEL LOCAL

Compete ao nível local:

- a) Promover, estimular e implementar ações de relacionamento institucional, de caráter local, conforme orientações e critérios técnicos estabelecidos pelo Nível Nacional e orientações regionais.

9. Disposições gerais

Fica sob responsabilidade do Nível Nacional estabelecer documentos complementares a esta Política, tais como resoluções e demais diretrizes de caráter técnico/operacional.

Sem autorização do Nível Nacional, fica vedada a criação de políticas ou resoluções regionais, ou quaisquer normas que sobreponham, incrementem ou conflitem com as disposições previstas neste documento.

A Política Nacional de Relações Institucionais fica vinculada aos critérios estabelecidos pelos documentos institucionais e normas legais.

10. Revisão e Atualização

Esta Política Nacional deve ser objeto de avaliação permanente para que as modificações e ajustes necessários sejam efetuados. Recomenda-se uma revisão profunda e sistemática seja realizada em um período não maior que 10 anos.

Revisões regulares neste documento, a cada 3/5 anos, também são recomendadas.



Escoteiros do Brasil
construindo um mundo melhor

© **União dos Escoteiros do Brasil**

Política Nacional de Relações Institucionais e Governamentais
Outubro 2023

Escritório Nacional dos Escoteiros do Brasil
Rua Coronel Dulcídio, 2107
Bairro Água Verde
Curitiba (PR) - Brasil
CEP 80250-100
Tel.: (41) 3353-4732
Fax: (41) 3090-7928

secretaria.governanca@escoteiros.org.br
escoteiros.org.br